



INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DA JUSTIÇA NA CERIMÓNIA DE ASSINATURA DOS PROTOCOLOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES, NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PORTUGAL

Funchal, 13 de setembro de 2018

Queria começar por felicitar a minha colega Graça Fonseca, Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, pela ambição e sã teimosia com que sempre dinamizou este projeto do Orçamento Participativo Portugal.

Creio ser seguro dizer que o OPP, com a grande adesão que tem tido e pelo amplo debate cívico que tem suscitado por todo o País, já não pode mais ser encarado como uma inovação experimental, tendo conquistado o estatuto de elemento consolidado, amadurecido e cada vez mais estruturante da vivência cívica democrática dos portugueses.

Já não se trata de um projeto da Ministra da Presidência, ou da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, ou sequer do XXI Governo Constitucional – este é o *nosso* Orçamento Participativo, de todos os portugueses. Ganhou uma vida própria, uma dinâmica própria, que certamente o projetarão no futuro. Este sucesso é, em boa medida, fruto do esforço e do entusiasmo que sempre tem dedicado a esta causa.

Queria também deixar uma saudação muito calorosa e reconhecida aos proponentes dos dois projetos vencedores, que hoje são concretizados através de protocolo: o Radar de Recursos de Inclusão e a Recuperação do Bordado da Madeira. Com esta iniciativa que em boa hora empreenderam, prestaram um valoroso serviço à Região Autónoma da Madeira e a Portugal. Em particular, queria transmitir-vos, em nome da Senhora Ministra da Justiça, um profundo agradecimento do nosso Ministério pelo vosso interesse e empenho numa área que se nos encontra confiada e que tão cara nos é, que é o sistema prisional e a reinserção social.

E chegando a este ponto, devo, em abono da verdade, confessar que, no que à área da Justiça diz respeito, o Orçamento Participativo Portugal não tem parado de nos surpreender e de superar as nossas expectativas.

Com efeito, quando, em 2016, ouvimos as palavras da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa lançando as bases do que viria ser esta primeira edição do Orçamento Participativo Portugal, antevimos com algum cepticismo o grau de adesão dos cidadãos numa área tão técnica e intrinsecamente ligada ao núcleo de funções soberanas primárias do Estado, como é a Justiça.

As portuguesas e os portugueses mostraram-nos que estávamos errados. E ainda bem que o fizeram.

E, dentro da esfera da Justiça, jamais imaginámos que uma das áreas mais concorridas seria a da Reinserção Social e dos Serviços Prisionais.

O sistema prisional e de reinserção social são áreas particularmente sensíveis para qualquer Governo. Trata-se de um daqueles domínios relativamente aos quais os assessores de comunicação têm por hábito dizer que *no news is good news* – as coisas correm bem quando não se fala delas.

A incompreensão em torno da missão da Justiça junto da população reclusa e dos menores em cumprimento de medidas tutelares educativas deve-se a diversos fatores, desde a preferência dalguma comunicação social por histórias menos positivas (tantas vezes ignorando grandes avanços e conquistas que são conseguidas neste domínio), passando por uma certa visão vingativa e meramente retributiva da pena que ainda se encontra algo enraizada, por vezes a um nível inconsciente, numa parcela significativa da nossa população, e até pela ação do próprio Estado, que durante anos desinvestiu na reinserção e nos serviços prisionais.

A equipa do Ministério da Justiça, de que me honro de fazer parte, tudo tem feito para combater esta visão e para transmitir à sociedade aquela que é a essência da missão do Estado na área da reinserção e do sistema prisional: assegurar a todo e a qualquer cidadão, independentemente dos erros do seu passado, uma nova oportunidade de vir a tornar-se um membro livre, responsável e útil da nossa sociedade.

A vitória destes dois projetos submetidos à votação, no âmbito do Orçamento Participativo, é prova de que algo tem vindo a mudar na forma como a população olha para estes problemas.

Notem bem que não foi o Senhor Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, ou a Senhora Ministra da Justiça, que decidiram avançar com estes projetos nesta área – foram as portuguesas e os portugueses que, conscientes da importância de melhorar as respostas com vista a quebrar o ciclo vicioso da criminalidade e da marginalidade, optaram livremente, com

os seus votos, num exercício de democracia direta, por eleger estes projetos, em vez de tantas outras alternativas igualmente sujeitas ao seu sufrágio.

Trata-se de um sinal de maioria cívica, de humanismo, de solidariedade e de compreensão da nossa missão. Um sinal que tem vindo a ser confirmado e reforçado, pois entre os projetos atualmente submetidos a votação no âmbito do Orçamento Participativo Portugal, figuram inúmeros na área da reinserção social e dos serviços prisionais, tanto a nível nacional como regional – ideias que vão desde programas de meditação e yoga a aulas de culinária nas prisões, ou programas educativos com enfoque nas tecnologias de informação, na literacia digital e no inglês.

As penas não têm nem podem ter como objetivo isolar o cidadão condenado da sociedade – pelo contrário, visam submetê-lo a um acompanhamento especial e a um investimento social particularmente intenso. Tal só se consegue mediante uma interação intensa com o exterior, uma interação que envolva as mais diversas instituições, públicas e privadas, empenhadas na recuperação destes cidadãos, numa relação mutuamente vantajosa.

É este o nosso caminho.

Os portugueses, através das propostas que têm apresentado e aprovado através do Orçamento Participativo Portugal, têm dado sinais claros de que estão de acordo com essa visão e que, muito legitimamente, nos *exigem*, a nós, Estado, que redobremos os esforços nesse sentido.

Em resposta, sei que posso falar por todo o Ministério da Justiça e pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais ao dizer: compreendemos a mensagem; contem connosco, pois tudo faremos para estar à altura de cumprir, neste e noutros projetos, a missão de que o povo a quem servimos tão claramente nos incumbiu.

Muito obrigada.